

REFORMAS

## Relator entrega emenda paralela da Previdência



Roosevelt Pinheiro

■ E CCJ pode concluir hoje a votação do relatório de Tião Viana

Relator informa que mostrará hoje aos senadores, para coleta de assinaturas, a emenda constitucional paralela que conterà as mudanças do Senado na reforma previdenciária. O texto abrangerá quatro ou cinco itens, como os subtetos salariais dos estados e o aumento da isenção para aposentados e pensionistas portadores de doenças incapacitantes. Já a votação do relatório poderá ser concluída hoje pela CCJ, que se reúne a partir das 10h.

ENTENDIMENTO Mercadante e Romero Jucá conversam com o deputado Virgílio Guimarães

### Estados pobres serão compensados pelo fim da guerra fiscal, afirma Mercadante

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, disse que os estados não serão prejudicados com o fim da guerra fiscal embutido na re-

forma tributária. Segundo ele, as regiões pobres contarão com políticas de prioridade e investimentos a serem definidas pelo Orçamento

Geral da União e pelo BNDES. Mercadante garantiu que as alterações a serem feitas pelo Senado na proposta terão o aval do Executivo.

Waldemir Rodrigues



MUDANÇA Tião Viana promete apresentar emenda paralela

Páginas 4 e 5

### Hélio Costa defende cobrança de ISS das TVs por assinatura

O vice-presidente da Comissão de Educação, Hélio Costa, afirmou ontem que não há empecilho jurídico para a cobrança do Imposto sobre Serviços (ISS) das emissoras de televisão por

assinatura. O assunto, segundo ele, deve ser discutido na reforma tributária. O senador também é a favor de instituição de linha de financiamento para as empresas de mídia.

Página 7



Geracino Magela

DEBATE Hélio Costa (E), ontem, no Conselho de Comunicação Social

### Plenário deve votar MPs hoje

Página 3



CONGRESSO NACIONAL  
180 ANOS



## Lobão defende retomada do crescimento

Ao registrar que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou pesquisa apontando que o desemprego chegou a 13% da população economicamente ativa brasileira e a 26,3% entre os jovens de 16 a 24 anos, o senador Edison Lobão (PFL-MA) defendeu a retomada do crescimento

e econômico para gerar empregos e aumentar a renda e a poupança do país.

Concordando com declarações do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, Lobão opinou que a sociedade

de espera muito mais dos bancos no que diz respeito ao cumprimento de sua função econômica e social. Ele pediu que o sistema bancário nacional contribua de maneira firme para o crescimento, aumentando a participação do crédito na produção do país.

– O chamado *spread* bancário continua muito alto, o que faz com que o bom pagador seja punido e acabe arcando com a inadimplência de outros, já que no Brasil não temos listagem de bons pagadores; temos, sim, de maus pagadores, de pessoas que estão com os nomes nos serviços de proteção ao crédito – afirmou.

Na avaliação do senador, cabe ao Banco Central assumir medidas que estimulem de forma efetiva os bancos privados a reduzirem suas taxas básicas para os tomadores finais dos empréstimos.

Célio Azevedo



Bancos devem ter atuação mais firme, observa Lobão

# Agenda



## Distribuição de energia na sessão de hoje

O Plenário volta a analisar hoje, em sessão prevista para as 14h30, o projeto de lei de conversão e as duas medidas provisórias que trancam a pauta de votações. O projeto prevê apoio às concessionárias de distribuição de energia elétrica (PLV nº 24/03). As medidas tratam, respectivamente, da importação de diamantes e de atentados terroristas contra aeronaves brasileiras (MP nº 125/03 e MP nº 126/03). Somente com a votação das três propostas os senadores poderão examinar os demais itens da pauta.

## Paulo Paim recebe família real da Noruega

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), recebe hoje o rei da Noruega, Harald 5º, acompanhado da rainha Sonja, em visita

oficial para discutir a aproximação econômica entre os dois países. O evento ocorre às 11h no Salão Nobre.

## Impacto da reforma tributária no esporte

Às 10h, a Comissão de Educação realiza audiência pública sobre o impacto da reforma tributária no esporte, com a presença dos presidentes do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur Nuzman; do Comitê Paralímpico Brasileiro, Vital Severino Neto; e da Confederação Brasileira de Futebol, Ricardo Teixeira; além do assessor jurídico do Clube dos Treze, Celso Rodrigues.



## CCJ deve concluir votação da Previdência

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve concluir hoje, em reunião às 10h, a votação das emendas apresentadas à reforma da Previdência. O

projeto, que tem como relator o senador Tião Viana (PT-AC) – foto –, recebeu cerca de 200 propostas de emendas dos demais senadores.

## Comissão discute cadastro de celulares

Será instalada hoje, às 18h, uma comissão mista para relatar o veto parcial, imposto ao projeto que trata do cadastramento de usuários de telefones celulares pré-pagos (PLS nº 105/02). A proposta, criada pela Comissão Mista de Segurança Pública, prevê o cadastramento de donos de celulares, para tentar evitar a posse desses telefones por detentos.



## Recursos para ensino superior

A Comissão de Assuntos Econômico (CAE) discute hoje, às 10h, proposta que permite a utilização dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para o financiamento de curso superior de graduação (PLS nº 52/03). O colegiado analisa ainda projeto que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (PLS nº 310/03).

## Cobertura de transplante

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se amanhã, às 14h, para votar projeto que determina a manutenção de registros de casos de desnutrição (PLC nº 16/02). Também está em pauta o projeto que acrescenta, nos planos de saúde, a cobertura de despesas com cirurgia e transporte de órgãos destinados a transplante (PLS nº 75/02).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## Capiberibe quer mais divulgação de gasto público

Para combater a corrupção e garantir a transparência, com ampla publicidade da execução orçamentária em todos os níveis da administração pública, o senador João Capiberibe (PSB-AP) apresentou o projeto de lei que obriga os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos estados e municípios e do Distrito Federal a divulgarem pela Internet, em tempo real, suas receitas e despesas.

Pela proposta, todos os gastos de dinheiro público devem ser divulgados pela rede mundial de computadores. O gestor que descumprir a determinação estará sujeito a pena de detenção de seis meses a dois anos. Já os estados e municípios que não obedecerem à norma poderão perder temporariamente os repasses mensais dos fundos de participação (PLS nº 130/2003).

A matéria estabelece ainda que, em cada unidade gestora, deverão ser instalados dois terminais de leitura em locais de livre circulação com os lançamentos e recebimentos de toda a receita. Dados referentes à execução da despesa, com detalhes sobre os pagamentos e o procedimento licitatório, também deverão ser imediatamente colocados à disposição do público na Internet.

Além disso, o projeto fomenta a participação popular, com a realização de audiências públicas durante os processos de elaboração dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos. Qualquer pessoa, partido político, associação ou sindicato teria legitimidade para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao Ministério Público o descumprimento da nova lei.

Em sua justificativa, Capiberibe aponta para o dispositivo constitucional que inclui a publicidade e a eficiência como princípios norteadores da administração pública direta e indireta. A proposta tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde tem como relator o senador Demostenes Torres (PFL-GO).



Capiberibe propõe divulgação pela Internet

João Cruz

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Nelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



## Comissão analisa obras irregulares

José Cruz



Campelo: relatório aponta as obras irregulares

Na sua reunião de amanhã, às 11h30, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) realiza audiência pública com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Valmir Campelo. Ele

falará sobre a atuação do tribunal e analisará relatório feito pelo órgão sobre obras irregulares.

Na semana passada, o presidente do TCU entregou relatório ao Senado com o parecer de mais de 400 auditorias, constando indícios de irregularidades graves em obras que somam aproximadamente R\$ 14 bilhões em dotações orçamentárias previstas para 2003.

Segundo Campelo, o TCU já suspendeu preventivamente um total de R\$ 3 bilhões referentes às obras com problemas. Ele informou que uma em cada cinco obras apresentou indícios de irregularidades.

## Metas fiscais do governo são tema de reunião

A Comissão Mista de Orçamento realiza audiência pública hoje, a partir das 15h, para que o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, fale sobre o cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre de 2003, como prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Antes da audiência pública, às 14h30, a comissão presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) poderá votar pedido de abertura de crédito especial em favor da Justiça Federal no valor de R\$ 17 milhões, destinados à aquisição de terreno e construção do edifício-sede da Seção Judiciária de Belo Horizonte (MG).

A comissão poderá ainda apreciar seis requerimentos, entre os quais o do deputado Anivaldo Vale (PSDB-PA) convidando o ministro da Educação, Cristovam Buarque, para vir ao Congresso Nacional prestar esclarecimentos sobre o programa Toda Criança na Escola.

## CPI do Banestado fecha roteiro de visitas aos estados

A CPI Mista do Banestado, que investiga a remessa ilegal de divisas para o exterior, presidida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), divulgou ontem o cronograma das diligências que serão realizadas pelas oito subcomissões formadas para investigar delitos nos estados e em Montevideu (Uruguai). O foco das investi-

gações, segundo Antero (foto) será o mesmo da CPI e os parlamentares trabalharão seguindo uma pauta prévia. Deputados e senadores irão ao Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas (SP), Foz do Iguaçu (PR), São José do Rio Preto (SP), além da capital uruguaia.



Roosevelt Pinheiro

# Senadores voltam a examinar MPs que obstruem a pauta do Plenário

Na fila de votação também está projeto de conversão que socorre distribuidoras de energia elétrica

O Plenário volta a discutir hoje, a partir das 15h30, duas medidas provisórias e um projeto de lei de conversão que estão trancando a pauta. A primeira medida a ser analisada é a de nº 125/2003, que institui no Brasil o Sistema de Certificação do Processo de Kimberley, relativo à exportação e à importação de diamantes brutos. Enquanto as três matérias não forem votadas, o Plenário não pode apreciar nenhuma proposta.

Outra MP que está obstruindo a pauta de votação é a de nº 126/2003, segundo a qual a União deverá assumir a res-



PROJETO Autorização para empréstimo junto ao Banco Mundial destinado a combater a Aids aguarda análise dos senadores

ponsabilidade civil perante os danos causados por possíveis atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos contra aeronaves operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo.

Será necessária ainda uma deliberação do Plenário sobre o projeto de lei de conversão à Medida Provisória nº 127/2003, que estabelece um aporte de R\$ 9 bilhões às companhias distribuidoras de energia, proveni-

entes de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos fazem parte de um programa emergencial de apoio às concessionárias.

Se a pauta for desobstruída, o Plenário deverá votar o Projeto de Resolução nº 40/2003, que autoriza o governo brasileiro a contratar empréstimo no valor de US\$ 100 milhões junto ao Banco Mundial, destinado ao financiamento parcial de projeto de combate às doenças sexualmente transmissíveis e à Aids.

Consta da pauta ainda o projeto (PLC nº 21/2003) que autoriza a aplicação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) também na manutenção do ensino especial oferecido por instituições sem fins lucrativos.

## Recursos do FAT podem financiar curso superior

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina hoje, às 10h, pauta que inclui o projeto do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que prevê o uso de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) no financiamento de curso superior em nível de graduação. O relator da matéria (PLS nº 52/2003), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), elaborou um substitutivo delegando a decisão sobre o assunto ao Conselho Deliberativo do FAT.

A regulamentação do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, objeto do projeto de lei complementar do senador Gerson Camata (sem partido-ES), também está em pauta na reunião de hoje da CAE.

Sem pretender desvirtuar a

intenção de Camata, de estimular a atuação das cooperativas de crédito, o relator do projeto, senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), ofereceu substitutivo ao PLS nº 293/1999, para sanar vícios de constitucionalidade e prestigiar as cooperativas de crédito, que, na sua opinião, preenchem uma grande lacuna no sistema financeiro nacional.

A Comissão de Assuntos Econômicos deve examinar também proposta do senador Magno Malta (PL-ES) que estabelece um novo critério para repartição dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.

A idéia do PLS nº 310/2003 é a de passar a exigir dos estados interessados nessas verbas que



MUDANÇA Projeto em tramitação na CAE visa alterar exigências para concessão de verbas do Fundo Nacional de Segurança Pública

estejam integrados a um sistema nacional de informações de segurança pública. O projeto

recebeu parecer favorável do senador João Alberto Souza (PMDB-MA).

Waldemir Rodrigues



# REFORMAS

Relator da reforma da Previdência promete apresentar texto alternativo que terá tramitação paralela, contemplando mudanças na proposta do governo. Comissão de Justiça vota relatório hoje, às 10h



**FALHAS** Pavan lista vários princípios constitucionais que seriam feridos pela proposta

## Para Pavan, o projeto é inconstitucional

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) considerou a proposta de reforma da Previdência uma "salada de inconstitucionalidades". Ele opinou que a proposta aprovada pela Câmara e em tramitação na CCJ fere diversos direitos adquiridos pelos servidores públicos.

– Não sou advogado e muito menos constitucionista, mas vejo renomados constitucionalistas brasileiros requerendo a inconstitucionalidade dessa proposta. Essa PEC deveria, segundo especialistas, ter sido rejeitada ainda na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, uma vez que são gritantes as inconstitucionalidades presentes no texto – afirmou Leonel Pavan.

Citou como exemplo a proposta de contribuição previdenciária dos servidores inativos federais que ganham acima de R\$ 1.440. Essa cobrança, segundo ele, fere não somente o princípio da irredutibilidade dos vencimentos como o do direito adquirido.

A redução das pensões dos dependentes de servidores para até 70% do valor do benefício, prevista na PEC, na opinião de Pavan, também vai de encontro ao princípio da irredutibilidade da Constituição, que também não permite que seja objeto de deliberação proposta que retire direitos e garantias individuais.

O senador lembrou que, quando um servidor ingressa em uma carreira, assume acordo com o empregador público. Por esse motivo, Pavan avaliou que, ao atingir os atuais servidores em atividade, a PEC desrespeita a segurança jurídica da relação servidor/Estado.

## Avalanche de aposentadorias preocupa Mozarildo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) manifestou sua preocupação diante da avalanche de pedidos de aposentadoria que está ocorrendo no setor público, motivada pela insegurança dos servidores em relação à reforma da Previdência.

Segundo ele, 11.800 servidores públicos federais já se aposentaram de janeiro a julho do corrente ano, sendo que todas as aposentadorias concedidas

durante o ano de 2002 somaram 7.465. Mantido esse ritmo, ao final do ano serão quase 20 mil aposentadorias, disse.

O grande número de aposentadorias é preocupante, na opinião de Mozarildo, pelo desmonte do serviço público em vários órgãos, especialmente nos institutos públicos de pesquisa, universidades federais e escolas técnicas.

– Caem a qualidade e a pres-

teza do trabalho e, mais grave, é interrompida a continuidade necessária ao serviço, quebrando o ciclo da transmissão de saberes e de informações – disse.

Para Mozarildo, cabe ao Senado trabalhar com sentido de urgência, mas sem açodamento.

– Se agíssemos assim, estaríamos sendo negligentes e faltando com nossa responsabilidade – frisou.



**RITMO** Mozarildo diz que Senado deve trabalhar com urgência, mas sem açodamento

## Viana apresenta proposta de emenda paralela da Previdência

O senador Tião Viana (PT-AC), relator da reforma da Previdência, informou que mostrará aos senadores hoje, para coleta de assinaturas, a emenda constitucional paralela que conterá as mudanças do Senado à reforma previdenciária.

O texto terá quatro ou cinco itens, abrangendo subtetos salariais dos estados, aumento da isenção para aposentados e pensionistas portadores de doenças incapacitantes, criação de mecanismos de controle da previdência pública pela sociedade e permissão para que as polícias rodoviária, judiciária e ferroviária possam contar com um sistema diferenciado de aposentadoria.

As alterações contidas na proposta paralela foram acertadas, na semana passada, pelo relator Tião Viana, o líder do governo no Senado, Aloizio



**CAMINHO** Viana disse que texto alternativo terá que voltar à Câmara para análise

Mercadante (PT-SP), e as lideranças partidárias. A isenção para pessoas com doenças incapacitantes prevista na reforma aprovada pelos deputados beneficia aposentados estadu-

ais até o limite de R\$ 1.200, aposentados da União até R\$ 1.440 e todos os pensionistas até o valor de R\$ 2.400. O que superar esses valores terá um desconto de 30%. Com a mudança que os senadores votarão, esses valores serão dobrados.

A emenda paralela terá de receber no mínimo 27 assinaturas e será lida imediatamente no Plenário, sendo remetida a seguir à CCJ. Essa emenda previdenciária será votada junto com a reforma em discussão, com uma diferença – a proposta que veio da Câmara será promulgada pelo Congresso (já foi votada pelos deputados), enquanto a paralela seguirá para o exame da Câmara.

Conforme Tião Viana, haverá apenas uma mudança nos três subtetos salariais do funcionalismo estadual, permitindo

do que nos estados onde o governador tem baixa remuneração seja votada pela assembleia legislativa, em 60 dias, uma mudança no seu valor. A reforma da Previdência determina que o maior salário do funcionalismo do Executivo estadual (ativos e inativos) será o do governador.

A emenda paralela, ainda segundo o relator, não incluirá uma regra de transição entre o atual e o futuro sistema. Ele explicou que a implantação dessa fórmula diminuiria em cerca de R\$ 20 bilhões, em 20 anos, a economia a ser propiciada à União, aos estados e aos municípios com a reforma da Previdência. A economia calculada pelo governo, e mencionada na exposição de motivos que acompanha a reforma, é de R\$ 49 bilhões em 20 anos.

## CCJ pode concluir votação do parecer hoje

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve concluir hoje, em reunião que foi convocada pelo presidente Edison Lobão (PFL-MA) para as 10h, a votação do relatório do senador Tião Viana (PT-AC) à reforma da Previdência. Será o terceiro encontro da CCJ para analisar o projeto.

Na semana passada, os senadores da comissão votaram os destaques ao relatório, que foram divididos em 12 temas pelo relator. Até o momento, o texto aprovado pela Câmara permanece inalterado.

Um dos pontos de maior polêmica na reforma, a cobrança dos inativos, foi mantido no texto da reforma. Os senadores da oposição questionaram a constitucionalidade da proposta e a relevância econômica da taxa aos servidores que já se aposentaram. Porém, ao final, o relatório de Tião Viana recebeu o apoio de 18 dos 23 senadores que integram a CCJ.

Acordo entre oposição e governo abriu a possibilidade de a reforma ser alterada por uma nova PEC, que seria aprovada no Senado e enviada à Câmara,

incluindo alguns itens subtetos estaduais, mecanismos de controle social da Previdência e outros itens (veja reportagem acima).

O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), já anunciou que tentará ampliar essa isenção aos aposentados do serviço público com mais de 70 anos de idade. Outras mudanças no mérito da proposta, como a introdução de regras de transição entre a legislação atual e a futura, poderão ser apresentadas em Plenário e negociadas entre governo e oposição.



**TRABALHO** Lobão marcou para hoje, às 10h, terceira reunião da CCJ para apreciar o relatório



## REFORMAS

Mercadante afirma que alterações a serem feitas pelo Senado, como o fim da guerra fiscal, terão aval do Executivo. Romero Jucá revela que proposta vai garantir um viés de baixa da carga dos tributos



**SUGESTÃO** Osmar Dias informa que Comissão de Educação vai apresentar emenda ao projeto

## Educação debate impacto

A Comissão de Educação (CE) dá prosseguimento hoje, a partir das 10h, à série de audiências públicas destinadas a discutir o impacto da proposta de reforma tributária, atualmente em tramitação no Senado, nos setores de cultura, educação, esporte, ciência e tecnologia. No encontro, os membros do colegiado debaterão com representantes de entidades esportivas as possíveis consequências da aprovação da proposta sobre o esporte brasileiro. Deverão comparecer à audiência o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman; o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira; o assessor jurídico do Clube dos Treze, Celso Rodrigues; e o presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), Vital Severino Neto. Na semana passada, representantes do setor de comunicação social, ouvidos pela Comissão de Educação, manifestaram preocupação com um possível agravamento da saúde financeira das empresas, caso elas sejam mais oneradas com aumento de impostos. O presidente do colegiado, senador Osmar Dias (PDT-PR), anunciou a apresentação de emenda ao texto da reforma, destinada a manter os incentivos à cultura, ao desporto, à ciência e à comunicação.

# Mudança deve compensar estados, diz Mercadante

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que os estados serão compensados com o fim da guerra fiscal a ser proposto na reforma tributária. Ele anunciou políticas de prioridade e de indução de desenvolvimento e investimentos, a serem definidas no Orçamento da União, e mediante créditos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Mercadante informou que o Senado trabalha com o objeti-

vo de diminuir a carga tributária em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e simplificar o sistema, a fim de favorecer empresas e contribuintes em geral.

– Os estados mais pobres têm que ter a prioridade nacional, inclusive no Orçamento Geral da União e nos créditos oficiais. O que não podemos manter é uma guerra fiscal que compromete gravemente as finanças estaduais e cria distorções de difícil correção. Por isso, nossa proposta será ino-

vadora – assinalou.

O senador afirmou que o governo acompanha “cada passo do que se faz e se negocia no Senado”, e que as mudanças terão o aval do Executivo. Mercadante participou ontem de reunião com os relatores da reforma na Câmara, Virgílio Guimarães (PT-MG), e no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), além do senador Fernando Bezerra (PTB-RN) e do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer Piva.



**ESTÍMULO** Raupp pede apoio dos parlamentares às instituições privadas de ensino técnico

## Raupp critica fim de auxílio ao “Sistema S”

O fim do imposto sindical e as contribuições para manutenção do “Sistema S” foram apontados pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO) como uma ameaça à qualidade e à continuidade das atividades de ensino mantidas por entidades como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae).

Segundo Raupp, a proposta acabou unindo as entidades atingidas ao empresariado, que, em reunião com o ministro da Casa Civil, José Dirceu, conseguiram a promessa de não-inclusão do tema nas reformas.

– O centro dos debates está na consolidação de uma gestão tripartite do sistema, com participação de empresários, trabalhadores e governo, que permita sua adequação aos tempos que estamos vivendo, com seus novos paradigmas políticos, sociais e econômicos.

O senador convocou os parlamentares a apoiarem integralmente o esforço daquelas entidades para manter a qualidade dos serviços oferecidos e para modernizar a sua gestão.

– Enfraquecê-las ou, pior, destruí-las a pretexto de baixar o tão citado custo Brasil será um erro irreparável – advertiu. Raupp sugeriu o estreitamento das relações entre as entidades de educação técnica públicas e o “Sistema S”, como forma de viabilizar parceria para salvar a rede pública “de um vexame equivalente ao fracasso do ensino profissionalizante no período militar”.



**PROPOSTAS** Mercadante e Romero Jucá ouvem sugestões do presidente da Fiesp, Horácio Lafer Piva (E)

## Jucá: reforma vai prever condições para redução da carga tributária

O relator da proposta de reforma tributária, senador Romero Jucá (PMDB-RR), disse que 70% do texto aprovado pela Câmara dos Deputados deve ser mantido pelo Senado. Ele informou que as alterações deverão referir-se a “modelos de concepção”. Segundo Jucá, todo o trabalho está sendo orientado no sentido de dar “um viés de baixa” à carga tributária em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).

O relator reuniu-se ontem, durante quase duas horas,

com o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), com o relator da proposta na Câmara dos Deputados, Virgílio Guimarães (PT-MG), e com o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer Piva.

Romero Jucá revelou que outra preocupação do Senado é o exame dos incentivos fiscais oferecidos pelos estados que já tenham sido aprovados e contratados, mas ainda não foram implantados.

– Precisamos examinar levando em consideração a qualidade e o volume do investimento previsto pela empresa. Não podemos apresentar uma solução única, porque cada caso tem suas especificidades – explicou ele.

O relator da proposta na Câmara dos Deputados, Virgílio Guimarães, observou que as mudanças em estudo pelo Senado fortalecem o trabalho daquela Casa. Ele acrescentou que o seu trabalho como relator está sendo aproveitado.





**ORGANIZAÇÃO** Evento é coordenado pelo senador Sérgio Zambiasi

## Seminário reunirá parlamentares de todo o país

O Congresso Nacional vai promover um grande seminário, nos dias 13 e 14 de novembro, com o objetivo de integrar os Legislativos do país. Intitulado "A Reforma Política e os Legislativos Federal, Estaduais e Municipais", o encontro é coordenado pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e integra as comemorações dos 180 anos do Parlamento. O evento deve reunir mais de três mil participantes, entre senadores, deputados federais, esta-

duais e distritais, e vereadores.

Durante a realização do seminário, será debatido o papel dos Legislativos diante de questões atualmente em discussão no Congresso, como o pacto federativo – suas limitações e alternativas de mudanças – e a reforma política, particularmente sobre a definição do número de cadeiras de cada câmara municipal e sobre os processos eleitorais de seleção dos futuros legisladores.

A sessão de abertura contará

com a presença dos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha, e também do 1º secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP). No mesmo dia, haverá uma homenagem ao Dia do Vereador.

As inscrições podem ser feitas até o próximo dia 25, pelo telefone 0800-619619, pelo fax (61) 311-2944 ou pelo endereço eletrônico <http://www.camara.gov.br>. O evento será no Americhel Hall, na Academia de Tênis, em Brasília.



**VANGUARDA** Lúcia Vânia destaca o pioneirismo da emissora paulista

## Lúcia Vânia homenageia a Rede Record

A comemoração dos 50 anos da Rede Record levou a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) a saudar o espírito empreendedor da emissora e sua "inegável contribuição" para o desenvolvimento da indústria do entretenimento e da informação no país. Conforme assinalou, a marca do pioneirismo e da criatividade da Record está presente na sua programação cultural, humorística, jornalística e esportiva.

– Desde os primeiros anos, a Record já trazia a marca de originalidade – atestou a senadora. Além da linha de *shows* com estrelas da música internacional, como Louis Armstrong, Charles Aznavour e Sarah Vaughan, investiu na promoção de festivais que revelaram grandes nomes da música popular brasileira, a exemplo de Chico Buarque, Caetano Veloso e o atual ministro da Cultura, Gilberto Gil.

Lúcia Vânia disse que a Rede Record "pode se orgulhar de ter feito escola" na área esportiva. Segundo ressaltou, a emissora foi a primeira a manter, em 1954, um programa de debates sobre esporte.

Enquanto marcou época na área humorística com *A Família Trapo*, *O Circo do Arrelia* e *A Praça da Alegria*, a emissora também emocionou os brasileiros com novelas de época como *Éramos Seis* e *As Pupilas do Senhor Reitor*; afirmou a senadora. Em relação aos artistas que passaram pela Record, ela citou alguns que ainda estão atuando na televisão brasileira, como Silvio Santos, Hebe Camargo, Ana Maria Braga e Fausto Silva.

Ao prestigiar a exibição dos melhores momentos da programação da emissora, inserida na comemoração do Jubileu de Ouro, Lúcia Vânia disse ter constatado, com orgulho, o quanto o país deve à Record em pioneirismo e criatividade.

# Maciel visita o estande do Senado na Bienal do Livro de Pernambuco

■ Presença da Casa em feiras de livro é uma grande contribuição para a cultura nacional, afirma parlamentar

O senador Marco Maciel (PFL-PE) visitou, na manhã do último sábado, o estande do Senado na 4ª Bienal Internacional do Livro de Pernambuco. Ele afirmou que o Senado "dá uma grande contribuição para o desenvolvimento cultural do país" com sua participação na bienal e em outras feiras de livro por todo o país.

Em entrevista à Agência Senado, Maciel lembrou a preocupação da Casa com a cidadania política. Na opinião do parlamentar, "a grande questão brasileira" é possibilitar a todos os cidadãos a participação cultural. Sem ela, lembrou, não há integração nem desen-



**CIDADANIA** Marco Maciel (concedendo autógrafa) lembra preocupação do Senado com formação política

volvimento social.

O parlamentar percorreu os corredores do estande, deteve-se diante de alguns títulos nas prateleiras e concedeu autógrafos. Dizendo-se feliz com a

iniciativa, Marco Maciel lembrou ter comentado sobre o estande do Senado até em um congresso de medicina na capital pernambucana.

O ex-vice-presidente da Re-

pública parabenizou o presidente do Senado, José Sarney, e o 1º secretário da Casa, Romeu Tuma (PFL-SP), pelo apoio ao desenvolvimento das atividades editoriais da Casa.

## Escritor Cyl Gallindo autografa obras na feira

O escritor e jornalista pernambucano Cyl Gallindo participou, no último domingo, de uma tarde de autógrafos no estande do Senado na 4ª Bienal Internacional do Livro de Pernambuco. Gallindo é autor das apresentações das três últimas edições do livro *Canudos e Outros Temas*, publicadas pela editora da Casa.

O livro traz textos do próprio Euclides da Cunha e foi organizado por Olímpio de Souza Andrade e Dermal de Camargo Monfrê. Publicado originalmente em 1967, teve edições comemorativas lançadas pelo Conselho Editorial do Senado,

nos 90 e 100 anos de *Os Sertões*. O conselho procura levar ao público obras raras e de grande valor cultural, vendidas a preço de custo e destinadas principalmente a pesquisadores, professores e estudantes.

Gallindo é editor para o Brasil de *Francachela – Revista Internacional de Literatura e Arte* (editada na Argentina). Já trabalhou nos principais jornais pernambucanos e tem uma dezena de livros publicados. Entre suas obras, destaca-se *Um Morto Coberto de Razão*, de contos (Prêmio Nacional de Ficção, Recife, 1985) e *A Conservação do Grito-Gesto* (Concur-

so Nacional de Poesias, Recife, 1971).

O jornalista se disse muito honrado em participar das atividades do estande do Senado na bienal, "principalmente vendo o primor da edição dos livros". Cyl Gallindo agradeceu ao vice-presidente do Conselho Editorial, Joaquim Camello Marques, pelo convite para a tarde de autógrafos; ao ex-senador Lúcio Alcântara, que incentivou, como presidente do Conselho Editorial, as edições do Senado; e a Joel Bicalho Tostes, responsável pelo espólio de Euclides da Cunha.

– A participação do Senado

nas bienais e feiras de livro é um espelho real do que seja uma democracia – afirmou.

Na abertura da última edição de *Canudos e Outros Temas*, Gallindo afirma se sentir bastante honrado pela "luta de alcançar o sentido" da monumental obra de Euclides da Cunha. Seu objetivo, ao prefaciá-la, é "fazer ver ao espírito de Euclides da Cunha que, em contrapartida a suas verdades, ocultadas ou esquecidamente lembradas, o engodo e a mentira continuam massacrando, espezinando, segregando e marginalizando o povo nordestino".



Jane de Araújo



**DIFERENÇA** Simon informa que vinho brasileiro é taxado em até 43%, contra 12% dos chilenos

## Simon propõe taxar menos o vinho nacional

Inspirado na legislação espanhola e visando aumentar a competitividade do produto nacional em relação ao importado, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou o projeto de lei que altera a Lei nº 7.678/88, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados de uva e do vinho. O projeto (PLS nº 395/2003) estabelece tratamento diferenciado ao produto nacional e tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que tomará decisão terminativa sobre a proposta.

Simon explicou que, tanto na Europa quanto no Chile, para fins de tributação, o vinho não é considerado produto industrializado, dadas as suas características alimentícias e benéficas à saúde. Com isso, assinalou, o produto é extremamente beneficiado num mercado mundial altamente competitivo.

– Já no Brasil, a carga tributária incidente sobre o vinho chega a inacreditáveis 42%. Em outros países que operam no mercado internacional, atinge no máximo 12%. A diferença é brutal, mesmo sem levar em conta a totalidade dos tributos que penalizam quem produz no país – afirmou.



Jane de Araújo

# Hélio Costa sugere cobrar ISS das TVS por assinatura

Senador acredita que o assunto deve ser discutido dentro da atual proposta de reforma tributária

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) se mostrou a favor da cobrança do Imposto sobre Serviços (ISS) das emisoras de televisão por assinatura. O assunto, na opinião do senador, deverá ser discutido no âmbito da reforma tributária, que tramita no Senado.

Vice-presidente da Comissão de Educação (CE), Hélio Costa participou ontem de debate no Conselho de Comunicação Social e disse que não há empecilho jurídico para a cobrança, se ela for definida no âmbito da reforma.

– Deve haver a cobrança em cada ponto em que houver um consumidor – afirmou o parlamentar.

Hélio Costa defendeu a instituição de linha de financiamento para as empresas de



**COERÊNCIA** Durante debate no Conselho de Comunicação Social, Hélio Costa (E) apoiou financiamento às empresas de mídia

mídia, em grave dificuldade. O senador observou que o setor é estratégico para o país e, portanto, deve receber a atenção do governo.

– Não devemos amparar, mas mostrar o caminho para evitar uma situação caótica. São milhares de empregos que estão ameaçados – lembrou.

Vice-líder do governo, Hélio Costa informou que o Executivo elabora um projeto de comunicação no qual estarão inseridos os critérios para os gastos públicos com publicidade.

– A idéia é que não seja ape-

nas gastar dinheiro público para mostrar que o presidente está bem, mas de forma a esclarecer a sociedade – disse.

Na reunião, Hélio Costa discutiu com os conselheiros a adoção de padrão digital para a televisão brasileira. O senador ressaltou que a discussão não deve se limitar à TV digital, mas à necessidade de inserção digital da população brasileira.

– É preciso discutir de que maneira a digitalização pode inserir pessoas que estão à margem da informação – frisou o senador.

## Senado prepara campanha nacional para divulgar o Estatuto do Idoso

Como parte das comemorações dos 180 anos do Poder Legislativo, o Senado pretende lançar uma campanha nacional para divulgação do Estatuto do Idoso, aprovado a partir de um projeto do senador Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente do Senado. A idéia é que os três Poderes da República e a iniciativa privada se unam nessa campanha.

Para concretizar a proposta, Paim se reuniu ontem com o diretor da Subsecretaria de Projetos Especiais, Pedro Rogério Moreira, e o chefe do Núcleo de Criação e Marketing dessa subsecretaria, Gaetano Ré,



**METAS** Paim defende ênfase à conscientização da sociedade sobre novo estatuto

para examinar o trabalho de Alessandra Maia da Silva e Pedro Rollemberg, que criaram o material da campanha.

– Uma lei, para se tornar real,

tem que ser conhecida pela população brasileira, desde a criança ao mais idoso dos nossos cidadãos. Nesse estatuto também trabalhamos a questão da educação. A criança na sala de aula vai entender que, neste país, existe uma nova política em relação à terceira idade – disse o senador.

Diante de cartazes, modelo de cartilha, projetos de um filme para televisão e uma peça sonora para rádio, o senador e os assessores do Senado discutiram uma forma de a campanha ser conduzida de forma integrada pelos três Poderes.

## Lando: vereador é essencial ao bem-estar da população

O líder do governo no Congresso, senador Amir Lando (PMDB-RO), homenageou o Dia do Vereador, comemorado em 1º de outubro, dizendo que o vereador representa o ponto de partida para o bem-estar das comunidades.

– É o vereador que cuida dos in-

teresses imediatos dos municípios, participando da elaboração das leis que consolidam as demandas das comunidades – disse o senador.

Segundo Lando (foto), o exercício efetivo da democracia representativa se faz, por princípio, pela participação competente dos represen-

tantes do povo. Entre eles, o vereador tem inegável realce, como representação essencial ao aperfeiçoamento da democracia.

Amir Lando ressaltou ainda que os vereadores vêm marcando, ao longo do tempo, suas atuações parlamentares – ora divergindo,

## Rádio Senado lança programa para deficientes

A Rádio Senado estreia, no próximo sábado, às 8h da manhã, o programa *Você é Especial*, em homenagem ao Dia do Deficiente Físico. O programa faz parte do esforço do Senado Federal para ajudar na inclusão dos deficientes na sociedade. Além da divulgação pela Rádio Senado, todos os sábados, o programa vai estar disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), às cerca de 300 emissoras conveniadas de todo o país.

O objetivo do programa é o de estimular o exercício da cidadania, esclarecendo os direitos dos portadores de deficiência, enfatizando a importância do respeito às diferenças e discutindo temas como educação, saúde, lazer, mercado de trabalho. Por isso, o *Você é Especial* também é voltado aos não portadores de deficiência.

Na estreia, o programa abordará a educação inclusiva, modelo de ensino em expansão que prevê a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas de ensino regular. O *Você é Especial* vai mesclar radiodramaturgia e jornalismo, com a participação do senador Flávio Arns (PT-PR), presidente da Subcomissão da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais, e da professora Eneida Costa Nogueira de Sá, diretora de Ensino Especial da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

### Intercâmbio

A série de programas da Rádio Senado também mostrará outras iniciativas do Senado voltadas para a inclusão da pessoa com deficiência. Uma delas é o convênio assinado entre o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e o Instituto Brasileiro de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (IBDD), que prevê a contratação pelo Senado de estagiários portadores de deficiência.

ora convergindo com o Executivo municipal no desenvolvimento de suas atividades públicas – “na busca da transparência da coisa pública, do bem-estar das comunidades e, sobretudo, do constante aperfeiçoamento da democracia”.



# Senado aprova voto de pesar pela morte de José Carlos Martinez

Papaléo Paes lembra que deputado vinha conduzindo de forma harmoniosa o crescimento do PTB

O Senado aprovou requerimento do senador Papaléo Paes (PMDB-AP) para inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do deputado federal e presidente nacional do PTB, José Carlos Martinez, ocorrido em acidente de aviação, no último sábado, em Guaratuba, no litoral paranaense. De acordo com as tradições da Casa, serão enviadas condolências à família, à Câmara dos Deputados e ao PTB.

Ao encaminhar o requerimento, Papaléo Paes lembrou que José Carlos Martinez vinha conduzindo o crescimento do

PTB na Câmara dos Deputados de forma harmoniosa, contribuindo expressivamente para sedimentar o bloco de apoio ao governo, em demonstração inequívoca de sua liderança política.

Segundo Papaléo, o povo paranaense perde um parlamentar de alto quilate, que sabia representar a grandeza daquele estado federado. "Que seu exemplo seja seguido por seus sucessores", disse.

O senador lembrou ter pertencido às fileiras do PTB, de onde saiu por motivos regionais.

— Lá deixei muitos amigos, entre eles José Carlos Martinez. Há algum tempo recebi sua visita neste Plenário, convidan-



Divulgação  
José Carlos Martinez faleceu no sábado

do-me a voltar às fileiras do partido. Seu gesto foi de respeito aos políticos, confirmando sua forma cavalheiresca de tratar seus pares — concluiu. PFL

Em nome do PFL, os senadores Efraim Moraes (PB) e José Jorge (PE) prestaram solidariedade às famílias do deputado federal José Carlos Martinez e de José Carlos Gomes de Carvalho, o Carvalhinho, ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Carvalhinho faleceu na semana passada.

Efraim e José Jorge fizeram encaminhamento pela aprovação de requerimento do senador Papaléo Paes pelo envio de voto de pesar às famílias de Martinez e Carvalhinho.



LEGADO Alvaro Dias recorda atuação de Carvalhinho, Martinez e Anfrísio

## Alvaro presta homenagem a três paranaenses

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou a morte de três homens públicos do Paraná ocorrida nos últimos dias: José Carlos Gomes de Carvalho, o Carvalhinho, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná e suplente do senador Osmar Dias (PDT-PR); José Carlos Martinez, presidente nacional do PTB; e Anfrísio Siqueira, ativista popular fundador e presidente da Confraria dos Cavalheiros da Boca Maldita, de Curitiba.

Carvalhinho, como era conhecido, foi secretário de Indústria e Comércio quando Alvaro Dias governou o Paraná, no período de 1987 a 1991. Segundo o senador, apesar de o Brasil viver naqueles anos um momento de crise com o fracasso do Plano Cruzado, o Paraná passou por uma fase de crescimento, inclusive com incremento do seu Produto Interno Bruto (PIB). Alvaro reconheceu a importância do trabalho do seu auxiliar na atração de investimentos para o estado.

Sobre José Carlos Martinez, Alvaro Dias destacou o dinamismo, a capacidade de articulação e de liderança. O senador também registrou que o ex-presidente do PTB, por seu caráter polêmico, conquistou muitos amigos e alguns inimigos durante toda a sua vida pública.

Funcionário aposentado do Tribunal de Contas do Paraná, Anfrísio Siqueira morreu, aos 82 anos, vítima de falência múltipla dos órgãos. Ele estava internado para tratamento médico no Hospital Nossa Senhora das Graças, em Curitiba. Alvaro Dias destacou a luta do fundador da Boca Maldita na defesa do livre pensamento e contra a ditadura militar.

## Morre irmão do presidente do Senado

Morreu por volta de meia-noite de domingo e foi enterrado na manhã de ontem, em São Luís, o auditor estadual aposentado Murilo Sarney, irmão do presidente do Senado, José Sarney. Morto aos 65 anos, de complicações renais, ele deixa três filhos.

O presidente do Senado e a senadora Roseana Sarney (PFL-MA), assim como o governador do Maranhão, José Reynaldo Tavares (PFL), compareceram ao enterro, no mausoléu da família, situado no cemitério do Gavião. Murilo Sarney morreu no hospital UDI, onde estava internado havia alguns dias.

## Osmar Dias lamenta perda de seu suplente

O senador Osmar Dias (PDT-PR) lamentou o falecimento, no último dia 2, do ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná José Carlos Gomes de Carvalho. Ex-secretário estadual de Indústria e Comércio, Carvalhinho era suplente do senador.

A amizade entre Osmar Dias e Carvalhinho teve início durante o governo de Alvaro Dias no Paraná (1987-1990). Osmar era secretário de Agricultura e

junto com Carvalhinho tocou projetos em agroindústria. Em 1994, foram concorrentes por uma vaga no Senado, vencida por Osmar Dias. O senador lembrou que, em 2002, durante a última campanha, a relação pôde ser estreitada.

Em aparte, José Jorge (PFL-PE) também homenageou José Carlos Gomes de Carvalho.

Osmar ainda registrou solidariedade às famílias de José Carlos Martinez e do fundador



AMIZADE Osmar Dias destaca que laços com Carvalhinho remontam a 1987

da Boca Maldita de Curitiba, Anfrísio Siqueira, que morreu no último dia 30.

## Eduardo lembra apoio ao Tocantins

No exercício da presidência do Senado, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) se associou às condolências ao governo do Paraná, à população e aos familiares de três homens públicos que faleceram recentemente: o deputado federal José Carlos Martinez (PTB), o suplente do senador Osmar Dias (PDT-PR), José Carlos Gomes de Carvalho, e o militante popular Anfrísio Siqueira.

Além de expressar o apoio da Mesa do Senado ao requerimento de pesar pelos três fale-



REVERÊNCIA Eduardo Siqueira Campos pediu minuto de silêncio em Plenário

cimentos, o 2º vice-presidente da Casa pediu que se fizesse um minuto de silêncio em re-

verência à memória dos homenageados antes de encerrar a sessão plenária de ontem. Eduardo fez menção especial à trajetória política do deputado Martinez, que apoiou a criação do estado do Tocantins durante a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988).

Ao falar do parlamentar, o senador tucano registrou sua preocupação com o andamento das obras da rodovia Belém-Brasília, que corta o Tocantins de norte a sul. Lembrou ainda uma recente visita de Martinez a seu estado.